

Medidas tributárias e fiscais relacionadas ao Coronavírus

Atualizado em 20.03.2020

Medida	Em vigor? Quais os detalhes?	Regulamentação
Prorrogação do pagamento do recolhimento de impostos federais de empresas do Simples Nacional (a parcela referente a ICMS e ISS não está incluída)	Já em vigor. Apuração de Mar/2020, com vencimento prorrogado para 20/10/2020; Apuração de Abr/2020, com vencimento prorrogado para 20/11/2020; Apuração de Mai/2020, com vencimento prorrogado para 21/12/2020	Resolução CGSN nº 153/2020
Zerado o Imposto de Importação de 50 produtos médicos e hospitalares necessários ao combate à pandemia e facilitação da sua importação	Já em vigor. Prazo de vigência até 30/09/2020; Estão abrangidos produtos como álcool ;70%, luvas plásticas, máscaras, respiradores e outros. O despacho aduaneiro de importação de mercadorias destinadas ao combate do vírus foi simplificado. Poderá ser concedida licença Especial de Exportação de produtos para o combate à pandemia.	Resolução CAMEX nº 17/2020 Instrução Normativa RFB nº 1.927/2020; e Portaria SISCOMEX nº 16/2020
Suspensão, prorrogação e diferimento de atos de cobrança da Dívida Ativa da União, além do estabelecimento de condições para transação extraordinária na cobrança da Dívida Ativa da União	Já em vigor. Os principais pontos são: pagamento de entrada correspondente a 1% do valor total dos débitos, divididos em até 3 parcelas iguais e sucessivas; parcelamento do restante em até 81 meses; e diferimento do pagamento da primeira parcela do parcelamento para o último dia útil do mês de junho	Portaria PGFN nº 7.820/2020
Suspensão de prazos em processos administrativo-fiscais federais , de envio de protestos de CDA's federais em cartórios e de abertura de novos procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos federais por inadimplência	Já em vigor. As suspensões vigorarão por 90 (noventa) dias	Portaria PGFN nº 7.820/2021
Redução pela metade das contribuições ao sistema "S" durante os próximos três meses	Ainda não em vigor , portanto ainda sem detalhes	Depende da edição de lei ou ato de caráter legal
Adiamento do pagamento do FGTS por três meses	Ainda não em vigor , portanto ainda sem detalhes	Depende da edição de lei ou ato de caráter legal
Desoneração temporária de IPI para produtos importados necessários ao combate do vírus	Ainda não em vigor , portanto ainda sem detalhes	Depende da edição de Decreto presidencial